

18 AGO 1987

Ação e omissão

A remoção da favela da 110 Norte deixa muitas lições para a reflexão conjunta da sociedade, do Governo, dos políticos e das próprias pessoas removidas. Como consideração preliminar, diga-se que os invasores não tiraram proveito algum de sua iniciativa, ao se estabelecerem com precários barracos em terrenos de propriedade alheia. Mais resultados alcançariam se, ao invés de ocuparem aquele terreno, tivessem realizado uma análise mais demorada sobre a própria condição que os empurrou no rumo dessa aventura. Teriam concluído que as migrações no rumo do Distrito Federal fazem parte de uma simples ilusão e, em consequência, haveriam de aceitar a ajuda oficial para retornarem aos seus municípios e estados de origem.

Depois, os invasores potenciais mais uma vez ficam advertidos de que o Governo do Distrito Federal, como norma de conduta que lhe cabe como principal zelador da coisa pública, não tolera qualquer tipo de agressão à propriedade privada. Do mesmo modo, resta a advertência de que ninguém se qualifica aos programas oficiais de assistência habitacional com o expediente cediço de erguer barracos em áreas ainda não edificadas, como a da 110 Norte.

Também merece destaque a disposição das autoridades de não cederem à demagogia, como pretendem alguns políticos matriculados na má-fé e vários ministros da Igreja Católica filiados às ideologias sectárias. Aliás, esses personagens foram vistos, como sem-

pre, no local da ação governamental, em tentativa de impedi-la ou de gerar confusão, com nítidos propósitos políticos. A pescaria, como de vezes anteriores, foi escassa, até porque os próprios favelados, cansados da litania dos demagogos, já não lhes dão mais ouvidos.

Mas se a remoção se deu pacificamente, em razão, por certo, do aparato policial que desestimulou qualquer reação irracional, o assunto, contudo, não está encerrado. Proprietária do terreno evacuado pela polícia, a Universidade de Brasília assistiu ao episódio com absoluto enjôo e cansaço, como se o Poder Público não estivesse ali para defender um de seus mais valiosos patrimônios. Trata-se de condenável comportamento omissivo, adotado, com certeza, para consumo da opinião pública, numa demonstração hipócrita de que a UnB condenaria a derrubada dos barracos e remoção dos invasores.

Para reintegrar-se em seu patrimônio, irregularmente ocupado por estranhos, caberia à UnB recorrer ao Judiciário, com a ação específica de reintegração de posse, da qual resultaria a sentença do despejo. Esse era o caminho regular para pôr fim ao esbulho possessório, como ensinam as leis processuais, as quais não podem ser ignoradas pela Reitoria e demais autoridades universitárias.

Embora usasse de uma prerrogativa legal, que lhe cabe como titular do poder público, o Governo

do Distrito Federal, na verdade, supriu a omissão da Universidade de Brasília. Substituiu-a na ação que, na qualidade de titular de um direito sob tutela da proteção legal, deveria ter buscado pela invocação da prestação jurisdicional do Estado. O resultado mais visível dessa atitude aberrante é que, enquanto o GDF desgastava-se como um agente supostamente violento, a UnB sequer era lembrada como a beneficiária e principal interessada na remoção. Mas não chegou a confundir, como pretendia, a opinião pública, agora devidamente esclarecida sobre o episódio.

Os políticos e missionários católicos que lá estiveram também não saem ilesos. Sempre a remar contra as posições estabelecidas em lei, com suposta vontade de defender os humildes, os estratos radicais do clero só conseguem aprofundar a desconfiança dos católicos nas ações temporais da Igreja, no momento mesmo em que a crise de vocações abala a cátedra de Pedro em quase todo o mundo.

Quanto aos políticos — quer dizer, quanto àqueles que despontam nos cenários mais inadequados para faturar prestígio —, a remoção da favela da 110 Norte nada rendeu. Ao contrário. Entre aquela urbe de miseráveis, traída por um destino perverso, iludida pela miragem da grande cidade e resíduo humano de uma sociedade injusta, ficou a convicção de que aqueles políticos são, na verdade, os grandes responsáveis por sua tragédia.